

## (NEO)EXTRATIVISMO E DESPOJO NO SUL GLOBAL: CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NOS TERRITÓRIOS. INTRODUÇÃO.

Nas últimas duas décadas têm acontecido a expansão das renovadas formas e mecanismos de recriação do capital. Diante da crise de superprodução de mercadorias que a demanda global não logra consumir, além das bolhas financeiras e especulativas criadas pelo mercado – a mais recente e importante no ultimo período corresponde à crise imobiliária nos Estados Unidos nos anos 2006/2007- e o predomínio do capital fictício sobre o capital dirigido à produção, tem levado aos inversores a voltar seus capitais a tradicionais lugares de refúgio: o ouro e a terra. Neste cenário, os países de América Latina em específico, e os do Sul Global em geral, são os focos de interesse para o grande capital internacional, nos quais se têm apresentado a expansão e consolidação do modelo de acumulação capitalista a partir da espoliação dos bens comuns naturais. Assim, a região se constitui em um dos principais espaços onde este processo acontece. Com uma grande disponibilidade de bens comuns naturais como terra, reservas da água e florestas, recursos minerais e hidrocarboneto, os países de América Latina têm se convertido em foco de investimento do capital internacional nos últimos anos. Podemos resumir as principais formas deste processo em: i) modelo orientado à produção de agro-*commodities*, ii) exploração mineira, iii) projetos hidro energéticos, iv) expropriação dos territórios para construção de infraestrutura, v) projetos imobiliários, vi) turismo e resorts, vii) *acaparamiento* de terras. Uma característica deste processo é a participação do capital estrangeiro nos investimentos, o que produz uma dinâmica de estrangeirização da terra ou *Land Grabbing* (RINCON, 2014).

Este modelo tem gerado consequências diretas sobre sistemas de produção de base familiar e os modos de vida da população que habitam as áreas rurais. Assim, nos últimos anos, de forma mais detalhada ao já exposto, estamos assistindo o dismantelamento dos sistemas tradicionais de produção e fornecedores de alimentos, em troca de produtos que se destinam apenas a grandes indústrias e aos mercados internacionais (McMICHAEL, 2005, SAUER & PEREIRA, 2012). Observa-se ainda a desterritorialização camponesa para a implementação dos projetos de extração mineral e energia, com danos ambientais graves (ALIMONDA et. al. 2011). O uso da terra tradicionalmente orientado à produção agrícola, destinada aos mercados locais e regionais, também sofre mudanças e atualmente presta-se a projetos imobiliários diversos, entre eles aqueles voltados ao turismo (CORDERO, 2006). Toda esta questão ainda tem sido facilitada por políticas governamentais sob o pretexto de que tais projetos são fundamentais para alcançarem os níveis de desenvolvimento e prosperidade que as sociedades latino-americanas desejam.

Neste contexto, Harvey (2003, 2010) aponta que no atual estágio de desenvolvimento, o capitalismo neoliberal internacional domina um processo de acumulação por espoliação, contrariando o tradicional processo de acumulação expansiva de capital; isso envolve, entre outros: a mercantilização e privatização da terra; a expulsão forçada de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade comum; a supressão do direito aos bens comuns; a transformação da força de trabalho e a remoção das formas alternativas de produção e consumo. Em suma, processos de apropriação colonial, neocolonial e imperial dos ativos, incluindo os recursos naturais.

Giarraca e Teubal (2010, p.114), por sua vez, mencionam que um aspecto importante da atual fase de acumulação por espoliação está relacionado com o que eles chamam de "modelo extrativista".

“Se trata de un modelo vinculado a los recursos naturales e impulsado con gran ahínco por las grandes empresas transnacionales que dominan

sectores claves de la producción y tecnologías utilizadas en estos procesos. Si bien constituye un modelo remitido originalmente a la extracción de minerales –potenciado en años recientes por la minería a cielo abierto- también tiene que ver con la extracción de petróleo y con cierto tipo de agricultura como el modelo sojero y otros identificados como agronegocio”.

O Sul Global, que não corresponde exclusivamente a uma categoria geográfica (não obstante a maioria de países de fato se encontrarem ao sul da linha do Equador) mas, a unificação de regiões que compartilhem trajetórias históricas e relações de dependência econômica e de subordinação política por parte dos países centrais, se constitui no principal epicentro onde este modelo se territorializa. Nesta perspectiva, América Latina, África Subsaariana e o Sudeste da Ásia compõem o “Sul Global”, áreas que nos últimos anos – por conta das renovadas estratégias de expansão capitalista – constituíram-se nos mais recentes provedores de *commodities*, bens comuns naturais como a água, bosques, terras, biodiversidade, minerais, entre outros, que alimentam o contínuo processo de recriação e circulação do capital (ADETULA, 2008).

O modelo de espoliação do atual regime de expansão capitalista não é novo para os países da região. O extrativismo iniciou-se há mais de 500 anos com o despojo dos conquistadores europeus sobre as comunidades indígenas. Nesta etapa iniciou-se uma fase de apropriação do trabalho e dos bens comuns naturais e minerais para incentivar as economias centrais. Segundo Acosta, o extrativismo “*to referer to those activities which remove large quantities of natural resources that are not processed (or processed only to a limited degree), especially for export*” (ACOSTA, 2013 p. 62). O neoextrativismo introduz a função que ocupa o capital financeiro e os mercados de especulação na expansão do modelo, além da função que tem os países “fornecedores” de matérias primas, - mais acentuado onde prevalecem os governos “progressistas”-, que redirecionam parte dos ingressos obtidos do atual modelo para a incorporação de políticas redistributivas ou compensatórias para a população em condições de precariedade. Este conjunto de elementos constitui as características distintivas do atual regime de expansão capitalista em escala global.

A atual fase de acumulação capitalista por espoliação, com um modo de funcionamento global suportado predominantemente pelo capital financeiro, é distinguida pelo seu alto grau de especialização na produção de algumas *commodities*, como a cana-de-açúcar, a soja e o dendê. Coexistem ainda neste cenário pacotes altamente técnicos de sementes geneticamente modificadas, a utilização massiva de agrotóxicos e a mecanização de ponta em todas as fases da cultura. As consequências ambientais deste modelo resultam em desertificação, perda de biodiversidade, poluição de fontes de água e piora nas condições de saúde humana. Devemos acrescentar ainda a perda de áreas dedicadas à produção de alimentos e bens de consumo. Isto afeta de sobremaneira a oferta, aumenta os preços e gera dificuldade de acesso a alimentos para as populações mais vulneráveis. Assim, os conglomerados do agronegócio estão posicionados como fornecedores de alimentos baratos, negando aos produtores tradicionais o acesso ao mercado.

Com o avanço das culturas corporativas, o papel dos agricultores familiares e camponeses tem diminuído. De forma mais perversa ainda, são destituídos da condição de sujeitos produtivos e políticos, o que, de maneira incisiva, é o que garante a preservação e a reprodução de tradições, costumes e formas de se relacionar com seu território, gradualmente erodidos.

Nesta linha, pensamentos de Manzanal (2005), Teubal (2008), Fernandes et. al. (2012) e Borrás, et. al. (2012), entre outros, coincidem em dizer que as políticas econômicas para o desenvolvimento agrícola em países latino-americanos têm sido caracterizadas por dar um

papel marginal à produção de economia camponesa e de pequena escala, incluída em um modelo de atraso e baixa produção, com bens que não se enquadram no mercado internacional ou são geradores de divisas estrangeiras. Por outro lado, as políticas governamentais e de organismos internacionais como financiamento, desenvolvimento tecnológico, regulamentação do comércio, entre outros, promove a expansão do agronegócio e garante os investimentos em setores de mineração, construção de infraestrutura, projetos imobiliários e resorts, que promovem a territorialização do capital e a desterritorialização das comunidades locais.

Assim, a conflitualidade socioterritorial surge do encontro e confronto entre modelos de desenvolvimento e paradigmas antagônicos (FERNANDES, 2008; 2008b; 2009). De um lado, os atores locais que garantem a preservação de um aglomerado de tradições, formas de relacionamento com o território, com o uso sustentável dos recursos, fornecedores de alimentos destinados para os mercados locais e regionais. No lado oposto, estão as corporações transnacionais, o agronegócio, representados por grupos de investimento e proprietários de terras. Estes se especializam com a incorporação de áreas, a apropriação de bens comuns e de extração de recursos. São renovadas estratégias de acumulação capitalista.

Estes mecanismos de expansão capitalista apresentam-se de múltiplas formas nas diferentes regiões. Em alguns países o domínio do agronegócio é determinante, em outros, os projetos de mineração-energéticos e de construção de infraestrutura são predominantes, isso em conjunto gera grandes transformações socioprodutivas e a perda do controle dos territórios pelas comunidades locais. Estas relações promovem a emergência de dinâmicas de mobilização pela defesa do território.

Assim, esquematicamente, identificamos os seguintes traços característicos do atual modelo:

a) o incremento da participação do capital transnacional especulativo nas diversas escalas da produção. Assim, os Estados-nação encontram-se subordinados às determinações do capitalismo global e sua ação, indiferente à vertente ideológica, tornando-se apenas reguladores e promotores deste enfoque de desenvolvimento.

b) os territórios rurais deixam sua função principal como fornecedores de alimentos e lugar de residência de significativas porcentagens da população para orientar-se como o principal reservatório de “recursos” naturais a serem apropriados pelo capital financeiro transnacional. Nesta orientação, a agricultura e os agricultores perdem sua função como produtores e seu modo de vida e práticas culturais tradicionais são ameaçados, transformando um modo de vida em uma profissão.

c) este modelo tem incrementado os problemas socioambientais por conta das graves consequências geradas pelo seu processo de territorialização. Alguns exemplos são: a perda das reservas florestais pela expansão das *agro-commodities*, a poluição gerada pela exploração de minérios, a mudança da estrutura produtiva e da paisagem por conta dos megaprojetos, a desterritorialização das comunidades camponesas de base familiar e comunitária como consequência dos empreendimentos imobiliários, turismo, de infraestrutura e *acaparamiento* de terra, que em conjunto promovem a emergência de novos conflitos socioterritoriais.

Desta maneira, nos territórios do “sul global” identificamos várias vias da expansão do atual regime capitalista de acumulação por espoliação, onde umas têm maior impacto que outras, o que determina a configuração de relações políticas, sociais, econômicas e produtivas específicas. Portanto, é difícil indicar um único mecanismo que se impõe. É mais acertado indicar que nos territórios apresentam-se múltiplas estratégias determinadas pelos interesses de apropriação do capital sobre os bens comuns.

Ainda, é importante indicar que o regime de expansão capitalista incrementa a dependência das economias nacionais às flutuações do mercado internacional por conta da reprimarização da produção. Como abastecedores de matérias-primas e recursos naturais, os países do “sul global” têm voltado de maneira significativa suas políticas e planos de

desenvolvimento orientados para a promoção destes setores e, por tanto, dependentes das divisas e ingressos destes. Por isso, na atual fase de queda dos preços internacionais das *commodities*, minerais e hidrocarbonetos, apresentam-se limitantes para garantir os programas estatais que beneficiam setores da população com renda baixa. Esta condição promove relações neocoloniais, onde países centrais e corporações subordinam os Estados-nacionais a seus interesses, assim, “the evolution of these primary export economies is characterised by the fact that their production is subordinated to and motivated by external demand. When all is said and done, neoextractivism maintains and reproduces key elements of the extractivism that dates back to colonial times” (ACOSTA, 2013 p. 73).

Com este Número Especial (*Neo*)*extrativismo e despojo no Sul Global: conflitos e resistências nos territórios* oferecemos uma aproximação às dinâmicas e transformações nos territórios na atual etapa de desenvolvimento do capitalismo em escala global, contribuindo com o debate e o conhecimento sobre os elementos comuns e específicos que se apresentam nos diferentes casos problematizados. Para nós é muito gratificante apresentar para a comunidade acadêmica e ao público em geral, este Número Especial que contém uma ampla variedade temática e geográfica de trabalhos, com contribuições da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Moçambique e Uruguai; nas quais se examinam diversas vias de expansão capitalista nos territórios, como são a mineração, projetos hidro energéticos, a privatização da água, a territorialização do agronegócio e as economias de enclave, entre outras. Os leitores poderão encontrar uma ampla exposição de casos de estudos onde será possível dar conta do alcance de territorialização do atual regime de acumulação do capital, ademais, das ações de resistência que as comunidades desenvolvem pela defesa do território.

Iniciamos com o artigo de Omar Arach, *Problemática y febril. Una mirada a la expansión de biodiesel en Argentina*. O aumento no preço do óleo e o incremento pela demanda das energias com origem das fontes fósseis, - dinâmicas que se agudizam com as guerras de ocupação promovidas pelos países centrais -, foram determinantes para criar as condições para que os movimentos sociais do campo, ambientalistas e consumidores conscientes a nível global trouxessem ao debate público a necessidade de diversificar as fontes energéticas sustentáveis, entre elas os biocombustíveis. Porém, rapidamente o que foi proposto como um dos mecanismos para diminuir a deterioração ambiental, promovendo além de isso, uma revisão ao modelo de desenvolvimento imperante, foi apropriado pelas grandes corporações internacionais que monopolizam a produção mundial de biocombustíveis, gerando com isso impactos negativos principalmente com incrementos nos preços dos alimentos, a desterritorialização de comunidades locais, a expansão da fronteira agrícola e o desmatamento em amplas regiões dos países produtores. Além disso, este modelo produtivo requer para sua realização grandes quantidades de insumos agroquímicos, maquinaria e processos industriais, transformando o sistema em um grande consumidor de energia, o que abre o debate sobre os supostos benefícios ambientais que a produção de biocombustíveis em grande escala pode trazer. O autor faz uma análise para o caso argentino do processo de territorialização das culturas para a produção dos biocombustíveis, que têm o apoio do governo central, favorecendo aos produtores empresariais, que por sua vez são contrários a realizarem qualquer ação de regulação sobre o setor. Assim, o debate não é sobre o modelo e sim sobre qual é a forma de redistribuição dos ganhos econômicos. Configura-se assim para o caso argentino o que o autor chama como o *consenso do óleo*, que faz referência às relações de produção, transformação, políticas, apoio institucional, leis que promovem e garantem a viabilidade econômica do modelo de produção de biodiesel no país, aprofundando as relações de dependência com as grandes corporações transnacionais e deteriorando os bens comuns naturais em busca do *desenvolvimento* sempre desejado, mais também, sempre esquivo.

Yamila Goldfard, com *Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da*

*Cargill*, apresenta como a sucessão de diversas ações ao nível econômico, como foi a criação de instituições internacionais de comércio, mudanças nas políticas internas nos países, a diminuição na oferta de matérias primas para a elaboração de suplementos alimentares para animais nos países tradicionais e o aumento nos preços internacionais das *commodities* agrícolas, levaram a um incremento na superfície cultivada de soja nos países de América do Sul. A autora faz a análise de como este processo se desenvolve no Brasil e na Argentina, principais produtores da região, determinado pelo que ela define como o Regime Alimentario Cooperativo Financeiro. Este regime promove a territorialização do agronegócio da soja nos dois países com um importante componente de financeirização de bancos e grupos de investimento, o que leva a que o atual regime tenha um forte caráter especulativo orientado para a produção de *commodities*. O mercado de futuros constitui-se em uma ferramenta importante para o mercado financeiro na atualidade. Em 2004 conseguiu superar por 60 vezes o mercado acionário, diz a autora. Assim, é fundamental dizer que este modelo de desenvolvimento da agricultura capitalista foi promovido por grandes corporações financeiras nos dois países, excluindo os produtores de base familiar. Para finalizar, a autora indica que além das negativas problemáticas que tem o modelo da produção de *commodities*, é importante mostrar o papel ativo que os Estados têm em promover e fomentar este modelo de produção.

Claudia Yolima Devia, com *Orinoquia colombiana, a influência do agronegócio e a atividade petrolífera: Territorialidades em disputa*, faz a análise para o caso colombiano, no qual a questão agrária, como na maior parte dos países da região, caracteriza-se pelas formas de apropriação e concentração desigual da terra. Na Colômbia com especial ênfase, a terra além de ter uma importância como meio de produção, seu controle tem como objetivo central garantir o poder socioterritorial de latifundiários, as atividades especulativas e a lavagem de dinheiro do narcotráfico. Isso leva a que grandes áreas sejam improdutivas. Estas relações, além de outras, têm levado a manter o conflito social e político armado por mais de seis décadas no país. A autora se propõe a estudar as dinâmicas de expansão das relações capitalistas de produção na região da Orinoquia colombiana desde uma perspectiva territorial, orientando sua análise pelos diferentes tipos de territórios: território da soberania, território da propriedade privada e o território fluxo. Para o caso estudado, a autora apresenta como na atual fase de expansão do capital, áreas tradicionalmente excluídas, têm ganhado um renovado interesse para a expansão do agronegócio. Isso leva a relações de espoliação e à emergência de conflitos socioterritoriais com as populações locais afetadas pelo atual esquema de desenvolvimento.

Jacob Binsztok e Mônica Carneiro, com *Integração Nacional, Desenvolvimento Capitalista e Projetos Modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da Mineração Rio do Norte – PA*, centram suas análises nas múltiplas estratégias de expansão capitalista por espoliação na região amazônica brasileira, com ênfase no Estado de Pará. A Amazônia ocupa um papel central nos interesses de expansão do capital pela privatização e espoliação dos bens comuns naturais, ex., madeira, construção de usinas, extração de minerais, entre outros. Nesta perspectiva, a construção de estradas tem servido para o impulso das dinâmicas de espoliação no território, com nefastas consequências ambientais e sociais para a população local. Todos estes projetos orientados pelos interesses expansivos do capital, dizem os autores, têm levado a múltiplos fracassos, gerando altos passivos ambientais e não levam em consideração as necessidades das populações locais e o equilíbrio ambiental. A partir da perspectiva dos enclaves para a exportação que determinam relações coloniais ligadas à espoliação de bens comuns naturais, se apresenta uma dinâmica de colonialismo interno impulsionado pelas empresas da região Sul e Sudeste com o objetivo de apropriar-se de recursos da região Amazônica, Nordeste e Centro-Oeste. Os autores expõem quais são os principais problemas da dependência do modelo de espoliação, especificamente da mineração,

que configura relações de enclave no território, promove a emergência de conflitos socioterritoriais e não impulsiona o desenvolvimento econômico e social na região.

Elmer Agostinho Carlos Matos e Rosa Maria Vieira Medeiros, *Exploração do Carvão Mineral de Benga em Moçambique e a Expropriação da Terra dos Nativos: alguns apontamentos referentes à acumulação por espoliação*. Com a aproximação ao caso da territorialização dos megaprojetos mineiros em Moçambique acentua-se o caráter global que tem o atual regime de acumulação capitalista. Depois de ter logrado a independência em 1975 e promover reformas como a socialização da terra, as crises do bloco socialista geraram mudanças, tais como a liberação para o investimento estrangeiro. Moçambique tem um importante papel na atualidade, além do sistema de produção do agronegócio com orientação à produção de *commodities* para a exportação, o modelo de mineração leva a grandes mudanças na estrutura social e produtiva das comunidades tradicionais, acrescentando à longa história de relações de subordinação econômica aos interesses coloniais e neocoloniais. Este processo, dizem os autores, materializa-se em Moçambique com as mudanças nas leis de terras e minas para favorecer o investimento estrangeiro orientado a grandes projetos com nefastos impactos nos territórios. Este é o caso da transnacional mineira Rio Tinto na região das minas de Benga, que impõe sua influência e poder político/econômico para favorecer os projetos mineiros levando à destruição de relações sociais e produtivas tradicionais.

Violeta R. Núñez Rodríguez, com *Mineração no México sob o Acumulação por Espoliação*, diz que com a introdução da Lei Mineira de 1992 no México, que liberou a privatização do processo de exploração de minerais –anteriormente, o Estado tinha o monopólio- se percorre o caminho em direção ao aprofundamento da dinâmica de apropriação e espoliação dos territórios. Assim, a autora mostra como a atividade mineira no México nas últimas duas décadas tem passado por um importante processo de expansão na qual foram outorgados cerca de 62 milhões de hectares do território nacional, levando ao surgimento de conflitos socioterritoriais. As atuais dinâmicas de expansão capitalista podem ser explicadas como parte do regime de acumulação por espoliação em andamento, que é o mecanismo por meio do qual o capital se recria ante as crises de sobreacumulação. A mineração se constitui em uma das principais vias deste processo, por meio da apropriação da natureza nos territórios de América Latina, e em especial no México. A autora expõe como o setor mineiro no país tem logrado uma acelerada expansão por meio dos investimentos privados, sejam de empresas nacionais ou estrangeiras, o que deixa a México como um dos principais focos de interesse dos investidores para aprofundar o modelo de espoliação.

Juan Wahren e Agustina Schvartz, com *Disputas territoriais no Valle do Intag, Ecuador: Dela resistência social contra a mega-mineira a lá criação de alternativas ao desenvolvimento*, expõem como a mineração em grande escala no Equador constitui uma via de territorialização do capital na fase de acumulação por espoliação, neste caso em particular, é importante reconhecer a atuação que têm as comunidades locais, que de maneira emancipadora, geram ações de resistência, tais como: protestos, além de outras ações orientadas à elaboração de projetos produtivos, atividades culturais e dinâmicas organizativas em resposta/resistência às imposições hegemônicas do capital. Com base nas categorias de *movimentos socioterritoriais* e *territórios insurgentes*, os autores fazem o análise da conflitualidade persistente entre os projetos de desenvolvimento e as intencionalidades que estão em oposição. O projeto de mineração em grande escala no Valle del Intag constitui uma das estratégias de mercantilização da natureza característica da atual fase de acumulação por espoliação, dizem os autores. Assim, a mineração integra-se com outras vias de expansão do capitalismo extrativo nos territórios de América Latina, onde é predominante a perspectiva neo-desenvolvimentista, promovida principalmente pelos governos progressistas da região. Para o caso do Valle del Intag, os autores evidenciam como a região esteve e ainda se encontra sob a ameaça da materialização dos projetos extrativos promovidos pelo capital transnacional e que conta com o

apoio do governo nacional, em contradição aos princípios de “direitos da natureza” presentes na constituição. Em resposta, as comunidades locais vêm desenvolvendo diversas ações de resistência sejam ao nível social, produtivo ou cultural, que têm significado a materialização de um modelo de desenvolvimento territorial alternativo, além disso, constitui uma via possível de desenvolvimento ligado às comunidades locais, em contraposição ao modelo extrativo promovido pelo capital.

Anabel Rieiro e Valentina Posada com *Mega-mineração no Uruguai: conflitos estruturais de um novo campo em disputa*, nos introduz a um dos temas que na escala internacional tem ganhado pouco reconhecimento sobre o desenvolvimento do capitalismo no país que é a mineração. O Uruguai tem se caracterizado historicamente pelo desenvolvimento da agricultura e a criação de gado orientado para a exportação, mas nos últimos anos, vêm-se diversificando as vias de expansão do capital e o país vem ocupando um lugar de interesse para os investimentos do capital transnacional via apropriação dos bens comuns naturais. Um caso representativo constitui-se a pastera Botnia que se converteu em um motivo que gerou tensões binacionais pelos impactos ambientais que o empreendimento geraria. No artigo, as autoras apresentam o caso do projeto de mineração em grande escala que ameaça gerar grandes impactos ambientais e sociais no território, além de aprofundar as relações de subordinação do Estado aos interesses do capital transnacional. As autoras apresentam as diferentes facetas, debates, interesses e conflitos que emergem com a territorialização destes projetos, assim, se confrontam os interesses empresariais, dos governos e o Estado na sua faceta de regulação e promotor, e os interesses da população local e dos movimentos socioterritoriais em defesa do território e em denúncia das “externalidades negativas” que o modelo produz. Para concluir, as autoras apresentam o debate sobre a dependência que os governos nacionais – para o Uruguai pode-se falar que faz parte da tendência progressista dos governos em América Latina- têm em relação ao capital transnacional, já que este tipo de exploração extrativista gera divisas e dinheiro que os governos requerem para garantir as políticas compensatórias que favorecem a amplos setores da população. O debate fica aberto.

Nathalie Drumond, com *A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural* mostra como a década de 1990 foi para a Bolívia –como para a grande parte dos países da região- o período da materialização das imposições neoliberais orientadas a diminuir o Estado por meio da privatização de seus principais ativos. Em pouco tempo se realizou a privatização de empresas públicas do setor de hidrocarboneto, telecomunicações, transportes e fornecedoras de eletricidade o que levou à geração de protestos contra estes processos. Assim, a Bolívia constitui-se em um dos principais exemplos onde este processo acontece e que posteriormente se generaliza por toda a região, com predomínio no controle dos bens comuns naturais – gás e a água-, mas também, um exemplo das lutas e resistências pela defesa destes. Com uma detalhada descrição dos acontecimentos que marcaram a “guerra” da água, a autora nos apresenta como, por meio da ação corrupta das instituições públicas para favorecer interesses econômicos internacionais, o acesso popular a um bem comum vital como é a água é limitado pela via da privatização. Isto reflete na resposta da população de maneira organizada sob a ótica da *Democracia da Água, ou seja*, a ação política coletiva que a população desenvolve ante a carência de uma participação efetiva que impõe as democracias neoliberais. Assim, a água, na fase de expansão capitalista de acumulação por espoliação, constitui-se em um dos bens comuns naturais mais demandados pelo capital financeiro transnacional em sua necessidade de recriar o capital. Como a autora conclui, Cochabamba deixa grandes lições para a América Latina toda, entre elas é que a resistência social pode levar a construir formas alternativas de gestão dos bens comuns para o benefício da população.

Susana Edith Rappo Miguez, Rosalia Vásquez Toríz, Marisela Amaro Capilla e Xóchilt Formacio Mendoza, *A disputa pelos territórios rurais ante a nova cara do extrativismo mineiro e*

os processos de resistência em Puebla, México, apresentam as formas como o território revaloriza-se e se resignifica a partir dos novos interesses expansionistas do capital extrativo, em especial, o modelo de mineração no Estado de Puebla. O setor da mineração historicamente não teve uma grande participação na atividade produtiva e econômica na região, mas o incremento dos preços internacionais das *commodities* e o aumento na demanda de minerais por amplos setores da produção levaram a região a se constituir em um importante foco de interesse para o capital, e com isto, a emergência de conflitos pela disputa e defesa do território. Os conflitos, dizem as autoras, centram-se na denúncia dos impactos ambientais que esta atividade gera, mudanças no uso e aproveitamento da terra e mudanças na paisagem. As autoras fazem uma descrição das relações econômicas que estão implícitas no modelo extrativo da mineração e o papel facilitador que o governo central tem para impulsionar este tipo de projeto. Descrevem também os diversos impactos negativos sobre o ambiente e nas comunidades locais e as relações de desigualdade que estão implícitas entre os ganhos corporativos e as contribuições que esta atividade deixa nos territórios, denominando estes projetos como *projetos de morte*. Por fim, elas expõem o papel organizativo das comunidades que são a esperança pela resistência ante o despojo do território.

Alfredo Falero, com *A potencialidade heurística do conceito de economia de enclave pra repensar o território*. Frente ao modelo desenvolvimentista promovido pelos diversos governos da região independente da sua tendência política, e a consolidação do processo de re-primarização da produção, o autor mostra que em 2010, 42% do total da produção na América Latina estava concentrada neste setor. Isto leva à necessidade de aprofundar o debate teórico para compreender este processo, e é nesta perspectiva que ele se propõe a debater a potencialidade do conceito de economia de enclave. Falero aproxima-nos desta perspectiva a partir do estudo do caso da zona franca Zonamérica em Montevideú. Ele evidencia as relações econômicas e sociais que podem ser caracterizadas como economia de enclave, mas também outras que não se aproximam destas, como é a pretensão de expandir as relações e as conexões com a economia nacional. Expõem assim, as renovadas formas como se expandem as relações produtivas, neste caso as que têm relação com a prestação de serviços, onde se subordina as autonomias dos Estados-nacionais para favorecer as relações de acumulação de capital. Para finalizar, Falero apresenta como síntese, os principais lineamentos a partir dos quais a abordagem o conceito de economia de enclave pode contribuir à análise dos atuais processos de desenvolvimento do capitalismo em nossa América Latina.

Esta edição do Número Especial é encerrada com o artigo de Sergio Gomez, *A Diretriz Voluntária sobre a governança responsável na posse dos recursos naturais e sua aplicação para América Latina*. Como parte das iniciativas internacionais em procura da solução das problemáticas de uso, aproveitamento e a correta exploração dos recursos naturais, que levem a melhorar as condições de vida da população, principalmente nos países em via de desenvolvimento, a FAO vem desenvolvendo há alguns anos as Diretrizes Voluntárias que têm o objetivo de constituir-se em uma ferramenta e princípios de ação que permitam a concretização de acordos entre os diferentes atores e sujeitos que têm interesses sobre as formas de uso e aproveitamento dos recursos e sua exploração, sejam na agricultura, pesca ou usos florestais. Como o autor expõe, esta iniciativa ganha relevância na atualidade da América Latina que enfrenta complexos processos de espoliação do território pela via da mineração, projetos energéticos e turismo, além de consolidarem-se os processos de Land Grabbing, que têm levado às dinâmicas de concentração da terra maiores que na década de 1960 (o que já teria justificado a realização de uma reforma agrária geral). A iniciativa é produto do amplo debate entre diferentes setores da sociedade e contam com o respaldo de organizações sociais, setores acadêmicos, governos e instituições como a FAO. É importante indicar que em sua base predomina a noção do consenso, na qual os distintos atores e sujeitos envolvidos em uma determinada decisão vão escolher a melhor solução. No entanto, esta noção não

reconhece as relações de poder e o conflito que surge por conta dos interesses contraditórios em disputa. Fica também aberto o debate sobre o papel do Estado uma vez que para seu êxito, as Diretrizes devem ser aplicadas em contextos no qual haja garantias sociais, políticas, participativas, econômicas e culturais da população, realidade excepcional nos países da região.

Por fim, agradecer aos autores pelas suas contribuições, aos pareceristas e aos Editores da Revista Nera pela sua ajuda neste Numero Especial.

## Referencias

ACOSTA, A. Extractivism and neextractivism: two sides of the same curse. In: LANG, M.; MOKRANI, D. **Beyond Development**. Alternative visions from Latin America. Amsterdam/Quito: Transnational Institute/Rosa Luxemburg Foundation. Pg. 61-86. 2013.

ADETULA, V. Impact of new global trade regimes on relational integration processes in the South. In **South-south collaborative programme**. Dakar: Codersia-Apisa-Clacso Occasional Paper Series, 2008.

ALIMONDA, H. et. al. **La naturaleza colonizada**. Ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires: Ediciones Ciccus, 2011.

CORDERO U, A. **Nuevos ejes de acumulación y naturaleza**. El caso del turismo. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

FERNANDES, B. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas, Unicamp. 2008.

FERNANDES, B. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008b.

FERNANDES, B. Sobre la tipología de los territorios. En: **Land Research Action Network**. [Online], Manila EE.UU. Disponible en: <<http://www.landaction.org>>. 2009. Acesso em: 30 de out. 2015.

FERNANDES, B.; WELCH, C.; GONÇALVES, E. Land Governance in Brazil. **Framing the Debate Series**, nº 2, ILC, Rome. 2012.

HARVEY, D. **The new imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

HARVEY, D. **El enigma del capital y las crisis del capitalismo**. Madrid: Ediciones Akal, 2010.

GIARRACA, N. TEUBAL, M. Disputas por los territorios y recursos naturales: el modelo extractivo. **Revista ALASRU nueva época**, Montevideu, 5: 113-133. 2010.

MANZANAL, Mabel. Regiones, territorios e institucionalidad del desarrollo rural. **Primeras Jornadas Desarrollo Rural en su perspectiva Institucional y Territorial**. CEIL-CONICET / UBA / UNR. Buenos Aires. 2005.

McMICHAEL, Philip. Global development and the corporate food regime. **Research in Rural Sociology and Development**, Bingley, 11: 269-303. 2005.

RINCÓN, L. F. Neoextrativismo e desenvolvimento territorial rural em regiões camponesas: um estudo comparado em Argentina, Brasil e na Colômbia. **Anais... XI Congreso Nacional de Sociología**. Ponencia, Medellín: Universidad de Antioquia. 2014.

SAUER, S.; PEREIRA, S. Agrarian structure, foreign investment in land, and land prices in Brazil. **The Journal of Peasant Studies**, Florence, 39 (3-4): 873-898. 2012.

TEUBAL, M. **O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina**. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 139-190.

**Luis Felipe Rincón M.**

Pesquisador de Pós-doutorado Unesp - Bolsista Fapesp

e-mail: [feliperinconm@gmail.com](mailto:feliperinconm@gmail.com)

(Editor dessa Edição Especial da Revista NERA)